

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA**

**Protocolo de Atendimento Interinstitucional a Crianças e Adolescentes  
vítimas ou Testemunhas de Violência na Modalidade Escuta e  
Depoimento Especial no Município de Santana do Ipanema.**

**Santana do Ipanema  
2022**

## **Gestão Atual**

### **Prefeito Municipal**

Christiane Bulhões Barros Melo Silva

### **Secretária de Governo:**

Renilde Silva Bulhões Barros

### **Secretário Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciências, Tecnologia e Informação:**

Edmilson Genuíno Santos Júnior

### **Secretária Municipal de Saúde:**

Sibele Oliveira Arroxelas

### **Secretária Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social:**

Maria Verônica De Araújo.

### **Equipe de Elaboração Servidores:**

Everton Barbosa Gaia: Articulador Municipal do  
Selo UNICEF

Patrícia Tavares Melo: SMTADS

Karla Araújo Malta: SMTADS

Misabele Soares Silva: SMTADS

Fabiana Soares Xavier Cintra: SMS

Alanisy Barbosa Gaia Lira: SMS Claudia

bezerra de castro: SMS

Sofia Maria de Mendonca Vasconcelos:  
SMS

Theny Mary Viana Fireman de Araújo:  
SMS

Karla Araújo Malta: SMTADS

Misabele Soares Silva: SMTADS

Cicera Gomes da Silva: SMECTELCTI

Nariely Nobre Nicolau da Silva: SMECTELCTI

Lilian Meire Barbosa Silva: Conselho Tutelar

Evio de Carvalho Alves: Conselho Municipal da Criança e do Adolesc

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. REFLEXÕES EM TORNO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>4</b>
2.1 Conceitos de “criança” e “adolescente” na legislação .....	5
2.2 A violência contra crianças e adolescentes .....	5
2.3 Tipos de violência contra crianças e adolescentes .....	6
2.4 Dados da violência em Santana do Ipanema .....	10
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
3.1 Objetivo Geral Específico .....	15
3.2 Objetivos Específicos .....	15
<b>4. MARCOS LEGAIS.....</b>	<b>15</b>
4.1 Marcos Internacionais .....	16
4.2 Marcos Nacionais .....	17
<b>5. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE .....</b>	<b>23</b>
<b>6. UNIDADES DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA EM SUAS COMPETÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>
6.1 Conselho Tutelar .....	25
6.2 Apoio Psicossocial .....	27
6.2.1 CRAS .....	27
6.2.2 CREAS .....	28
6.3 Educação .....	29
6.4Saúde .....	31
6.5Segurança Pública e Justiça .....	35
6.5.1 Ministério Público .....	35
6.5.2 Poder Judiciário .....	36
6.5.3 Segurança Pública .....	38
<b>7 NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA .....</b>	<b>40</b>
7.1 Modelo de ficha de notificação compulsória das situações de violência.....	40
7.2 Modelo de ofício utilizado através da secretaria de educação, em caso de situação de violência .....	41
<b>8 FLUXOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA .....</b>	<b>42</b>
8.1 Fluxograma Conselho Tutelar .....	42
8.2 Fluxograma Assistência Social .....	44
8.3 Fluxograma Educação .....	45
8.4 Fluxograma Saúde .....	46
8.5 Fluxograma Ministério Público .....	47
8.6 Fluxograma Poder Judiciário .....	48
8.7 Fluxograma Polícia Militar .....	49
<b>9 APÊNDICE .....</b>	<b>50</b>
<b>10 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>

## **1 APRESENTAÇÃO**

As crianças e os adolescentes, com frequência, são públicos vulneráveis as várias situações de violências, devido a sua condição peculiar, em decorrência das suas particularidades enquanto ser em desenvolvimento. Sabe-se que a violência contra criança e adolescente é um tema que vem sendo alvo de diversas discussões, pois, suas consequências produzem inúmeros impactos que poderão deixar marcas e sequelas, muitas vezes irreversíveis, se não ocorrer um atendimento adequado e fundamentado em uma política de atendimento integral a essa parcela da população. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destaca em seu artigo 86º que a política de atendimento deverá ser realizada através de um conjunto articulado de ações, ligando as iniciativas governamentais e da sociedade civil.

Entretanto, destaca-se que há muito a se fazer, principalmente, para as vítimas de violência, que em muitas situações, não têm sido acolhidas e atendidas pelos órgãos responsáveis em sua integralidade, além disso, o atendimento, frequentemente, não é realizado de forma periódica e durável.

Procurando atenuar os efeitos consequentes da violência institucional, faz-se necessária a concretização de ações que possibilitem a construção de uma rede de atenção integral à criança e ao adolescente vítima de violência. A responsabilidade precisa ser compartilhada entre as diferentes políticas públicas, entre as quais se destacam: saúde, educação, assistência social e segurança, vestem ser essa questão uma política transversal. Além disso, tais políticas públicas conseguem encontrar no sistema sociojurídico (Ministério Público, Tribunal de Justiça, Delegacias, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares entre outras instituições), parceiros para que realmente se tenha uma rede integral, capaz de ofertar o cuidado e a atenção necessária para lidar com os casos envolvendo crianças e adolescentes vítimas de violências.

## **2 REFLEXÕES EM TORNO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

### **2.1 Conceitos de “criança” e “adolescente” na legislação**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de lei Nº 8.069, de 13 DE JULHO de 1990, em seu art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um ano de idade.

### **2.2 A violência contra crianças e adolescentes.**

Violência é o uso intencional de força física ou de poder, real ou em ameaça, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG et. al., 2002, p.5).

No Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas, não se pode falar de crianças e adolescentes sem que o tema da violência aflore, indicando serem esses dois grupos os mais expostos e vulneráveis a sofrerem violações de seus direitos, afetando direta e indiretamente sua saúde física, mental e emocional. Estudos epidemiológicos e sociológicos têm mostrado que, frequentemente, as crianças são vítimas da violência desde o nascimento. Mas, é principalmente na fase da adolescência que essa questão desponta como crucial. Nessa etapa da vida, os jovens aparecem tanto como agentes agressores, mas, sobretudo, como vítimas.

De forma abrangente, o Estatuto classifica os direitos e garantias da infância e da adolescência, porém não especifica quais são as formas legais de enfrentamento aos diversos tipos de violência contra a criança e ao adolescente. O Art. 5º garante que nenhuma criança ou adolescente poderá ser objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e que aquele que atentar contra esse direito fundamental poderá ser punido por ação ou omissão, na forma da lei. Ao utilizar

o termo “na forma da lei”, abre-se espaço para a edição de uma lei específica para estes casos, já que o Estatuto não trata a questão de forma detalhada.

Com o avanço dos direitos e garantias fundamentais e o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, o enfrentamento das violações praticadas contra a infância e a adolescência tornaram-se prioritário. Por esta razão, surgiu a necessidade de se criar uma lei específica para garantir a proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Desse modo a Lei 14.321/2022 que tipifica o crime de violência institucional, esse crime ocorre quando um agente público submete uma vítima de infração penal ou uma testemunha de crimes violentos a “procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização”.

### 2.3 Tipos de violências contra crianças e adolescentes

A lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

#### **Violência Física:**

❖ Ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico.

#### **Violência Psicológica:**

❖ Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional.

❖ O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este.

❖ Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha.

### **Violência Sexual:**

❖ Entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros.

❖ Exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico.

❖ Tráfico de pessoas, entendidas como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação.

### **Violência Institucional:**

❖ Entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar.

FORMAS DE VIOLÊNCIA PRINCIPAIS SINAIS	
<b>VIOLÊNCIA FÍSICA</b>	Pode ser praticado por meio de tapas, beliscões, chutes e arremessos de objetos, o que causa lesões, traumas, queimaduras e mutilações.
<b>VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA:</b>	Os danos são ainda mais graves quando a própria vida da criança ou do adolescente está ameaçada ou quando ela vê situações violentas contra uma pessoa querida (a violência entre os pais é um exemplo).
<b>SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL:</b>	A criança ou adolescente exposto à alienação parental pode apresentar: sentimento constante de raiva contra o genitor alienado e sua família; se recusa a dar atenção, visitar ou se comunicar com o outro genitor; guardam sentimentos negativos sobre o outro genitor, distúrbios psicológicos como depressão e ansiedade.
<b>VIOLÊNCIA SEXUAL</b>	Pode ocorrer em uma variedade de situações como: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e 'voyeurismo' (obtenção de prazer sexual por meio da observação). A violência sexual pode ocorrer <b>COM</b> contato físico (ex – estupro, atentado violento ao pudor, beijos, carícias íntimas, fazer a criança manipular o sexo do adulto, etc) ou <b>SEM</b> contato físico (ex – exhibir órgãos sexuais para



	chocar a criança, conversas sobre sexo projetar filmes pornô, etc)
<b>EXPLORAÇÃO SEXUAL</b>	Esse tipo de violência ocorre de quatro formas: em rede de prostituição, de pornografia, especialmente na internet, de tráfico para fins sexuais e em viagens, e no turismo.
<b>NEGLIGÊNCIA</b>	Inclui a privação de medicamentos; a falta de atendimento à saúde e à educação; o descuido com a higiene; crianças sozinhas em casa sem supervisão ou em longos períodos nas ruas; a falta de estímulo, de proteção de condições climáticas (frio, calor), de condições para a frequência à escola e a falta de atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual. Nos serviços de saúde, devem chamar atenção: as internações frequentes; os acidentes repetitivos (com frequência acima da esperada); a existência de enfermidades passíveis de prevenção; Vacinas em atraso; doenças crônicas não tratadas; extravio constante da carteira de saúde;
<b>SÍNDROME DO BEBÊ SACUDIDO</b>	Esta ação provoca o choque entre a calota craniana e o tecido encefálico deslocado, ocorrendo desde micro hemorragias, por rupturas de artérias e veias, até hemorragias maciças e rompimento de fibras do tecido

## 2.4 Dados da violência em Santana do Ipanema

Levantamento de dados das violências contra o público infanto-juvenil em Santana do Ipanema-AL, nos respectivos anos 2019, 2020, 2021.

Segundo Newel (1989, apud Guerra, 2001.p.38), “toda ação que causa dor física numa criança, desde uma simples tapa até um espancamento fatal, representa um só contínuo de violência...” É preciso dar limites sem perder o amor!

O abuso sexual pode ser intrafamiliar, extrafamiliar ou institucional. O abuso sexual intrafamiliar é o mais frequente e envolve a atividade sexual entre uma criança ou adolescente e um membro imediato da família (pai, padrasto, irmão) ou próximo (tio, avô, tia) ou parente que a criança considere membro da família. (PIRES E MIYAZAKI, 2005, P.45).

O Conselho Tutelar dos Direitos das Crianças e dos adolescentes em **2019** atendeu o total de **1592** crianças/adolescentes, com seus direitos fundamentais, a saber: vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; e, profissionalização e proteção no trabalho; ameaçados ou violados.

Baseado nesses atendimentos e registros, apontamos prioridades as situações de negligências (**228** crianças/adolescentes vítimas) no exercício da paternidade/maternidade. Houve um aumento em relação ao ano anterior, precisando desenvolver ações de prevenção junto as famílias. Temos um cenário preocupante, onde os genitores não conseguem acordar entre si sobre como exercer o poder familiar e submetem os (as) filhos (as) a castigos físicos (**133** crianças/adolescentes vítimas) até espancamento (**01** crianças/adolescentes vítimas), além de situações diversas de maus-tratos (**85** crianças/adolescentes vítimas).

Os números vêm num crescente índice, evidenciando a necessidade imperiosa de se discutir e de se promover uma cultura de paz, estimulando meios pacíficos de se educar, além de responsabilizar (e principalmente instrumentalizar) os genitores pelo sustento, guarda e educação dos filhos, conforme preconiza o art. 22, da Lei 8.069/90.

Toda criança e adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de

correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto (art. 18-A, da Lei 8.069/90). Contudo, uma educação não violenta e empática é um desafio para muitas famílias.

O contexto de violações destes direitos é um cenário de vulnerabilidade social (**83** famílias), onde pelo menos um membro da família faz uso ou é dependente de substâncias psicoativas (**167** vítimas), obrigando a criança e ao adolescente a conviver desde cedo com a dependência química. Essa exposição leva as crianças/adolescentes a também fazerem uso de substâncias psicoativas (**49** adolescentes vítimas) e até traficarem tais substâncias (**10** crianças/adolescentes vítimas).

Os conflitos familiares são constantes (**147** vítimas), com frequentes fugas de casa (**33** crianças/adolescente), onde os genitores discordam sobre como exercer o poder familiar, resultando numa disputa de guarda (**142** casos) e até de violência doméstica (**56** casos).

As situações de abandono de incapaz (**51** crianças/adolescentes vítimas) também demandam preocupação, pois têm se tornado prática comum os genitores se ausentarem de suas residências, deixando as crianças/adolescentes desacompanhadas de responsável e exposta a riscos; As situações de violência sexual (**45** crianças/adolescentes vítimas) também demandam uma atenção especial; As situações de evasão escolar (**45** crianças/adolescentes casos notificados), de carência de assistência à saúde (**25** crianças/adolescentes vítimas) e assistência psicológica e psiquiátrica (**43** crianças/adolescentes vítimas), tentativa de suicídio (**08** crianças/adolescentes vítimas), entre outras violações, demonstram que essas violações perpassam todos os direitos, portanto é preciso planejar ações preventivas e coletivas, que contemplem as famílias de modo geral, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Já no ano de **2020**, o total de (**472** crianças/adolescentes) com seus direitos fundamentais violados.

Situações de negligências (**99** crianças/adolescentes vítimas) no exercício da paternidade/maternidade. Ocorreu uma diminuição em relação ao ano anterior, possivelmente por o cenário de pandemia onde houve uma diminuição nos atendimentos físicos precisando assim desenvolver, ações de prevenção junto as famílias encorajando-as a denunciar. Temos um cenário preocupante, onde os genitores não conseguem acordar entre si sobre como exercer o poder familiar e

submetem os (as) filhos (as) a castigos físicos (**52** crianças/adolescente vítimas), além de situações diversas de maus-tratos (**45** crianças/adolescente vítimas).

Os números apresentam uma diminuição, no entanto os órgãos precisam estar atentos a possíveis situações de subnotificação com relevância de se discutir os fatos de estarmos em ano pandêmico.

O contexto de violações destes direitos é um cenário de vulnerabilidade social (**12** famílias), onde pelo menos um membro da família faz uso e/ou é dependente de substâncias psicoativas, inserindo a criança e ao adolescente em um cenário onde conviver com a dependência química é algo natural. Essa exposição leva as crianças/adolescentes a também fazerem uso de substâncias psicoativas (**06** adolescentes vítimas) e até traficarem tais substâncias.

Esse cenário deixa clara a necessidade de que as ações de prevenção ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas e de redução de danos incluam também os genitores e/ou responsável pelas crianças/adolescentes.

Os conflitos familiares são constantes (**76** casos), com frequentes fugas de casa (**20** crianças/adolescente), acolhimentos institucionais (**11** casos) onde os genitores discordam sobre como exercer o poder familiar, resultando numa disputa de guarda (**60** casos) e até de violência doméstica (**01** caso). As situações de abandono de incapaz (**19** crianças/adolescentes vítimas) também demandam preocupação, pois têm se tornado prática comum os genitores se ausentarem de suas residências, deixando as crianças/adolescentes desacompanhadas de responsáveis e exposta a riscos. As situações de violência sexual (**20** crianças/adolescentes vítimas) também demandam uma atenção especial; As situações de evasão escolar (**04** crianças/adolescentes casos notificados), solicitação de matrícula escolar (**03** casos) de carência de assistência à saúde (**04** crianças/adolescentes vítimas) e assistência psicológica e/ou psiquiátrica (**01** crianças/adolescentes vítima), de tentativa de suicídio (**02** crianças/adolescentes vítimas), evasão hospitalar (**01** caso), ameaças de morte (**02** casos), gravidez e paternidade precoce (**03** casos), reconhecimento de paternidade (**01** caso), crianças e adolescentes em situação de rua (**03** casos), alienação parental (**12**), bullying seguido de discriminação (**02** casos), autorização para viagem (**02** casos), agressões verbal (**02** casos, utilização de crianças e adolescentes para mendicância (**01** caso), aliciamento de crianças e adolescentes para atividades ilícitas ou improprias (**02** casos), trabalho infanto-juvenil ilegal

arbitrário e precário (**06** casos) entre outras violações, demonstram que essas violações perpassam todos os direitos, portanto é preciso planejar ações preventivas e coletivas, que contemplem as famílias de modo geral, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente atendeu no ano de **2021** o total de **423** crianças/adolescentes, com seus direitos fundamentais violados. Baseado nesses atendimentos e registros, apontamos prioridades as situações de negligências (**85** crianças/adolescentes vítimas no exercício da paternidade/maternidade).

Houve uma diminuição em relação ao ano anterior, no entanto precisa continuar desenvolvendo ações de prevenção junto as famílias. Apesar da diminuição dos casos, possivelmente ocorreram subnotificações por conta da pandemia (Covid 19) e alguns órgãos não atenderem fisicamente e os populares não quererem se envolver.

Temos dados preocupantes, onde os genitores não conseguem acordar entre si sobre como exercer o poder familiar e submetem os (as) filhos (as) a castigos físicos (**36** casos), crianças/adolescente vítimas além de situações diversas de maus-tratos (**40** casos) crianças/adolescente vítimas), ameaça de morte (**01** caso), exploração de crianças e adolescentes para o trabalho infantil (**03** casos), agressão verbal a crianças ou adolescentes (**02** casos), Doenças, necessidades especiais e óbitos evitáveis, decorrentes de deficiências no atendimento pré e perinatal (**01**).

Os números apresentam diminuição de casos registrados, no entanto entendemos que pode estar havendo subnotificações de denúncias por conta do período de pandemia e as famílias ficarem mais tempo em casa, podendo haver certa intimidação para denunciar. Entendemos que há uma necessidade de incentivar as pessoas a denunciarem e assegurar o sigilo e o anonimato do denunciante.

O contexto de violações destes direitos é um cenário de vulnerabilidade social (**10** famílias), onde pelo menos um membro da família faz uso e/ou é dependente de substâncias psicoativas (**10** casos), Convivência com dependentes de substâncias psicoativas (**02** vítimas), Violência psicológica e/ou psiquiatria (**04** casos) obrigando a criança e ao adolescente a conviver com desde cedo com a dependência química.

Essa exposição leva as crianças/adolescentes a também fazerem uso de substâncias psicoativas e até traficarem tais substâncias.

Os conflitos familiares são constantes (**107** casos), com frequentes fugas de casa (**12** crianças/adolescente), onde os genitores discordam sobre como exercer o poder familiar, resultando numa disputa de guarda (**33** casos). As situações de abandono de incapaz (**16** crianças\ adolescentes), demandam preocupação, pois têm se tornado prática comum os genitores se ausentarem de suas residências, deixando as crianças/adolescentes desacompanhadas de responsável e expostas a riscos.

As situações de violência sexual (**21** crianças/adolescentes vítimas) também demandam uma atenção especial; As situações de evasão escolar (**11** crianças/adolescentes casos notificados), de carência de assistência à saúde (**04** crianças/adolescentes vítimas) e assistência psicológica e/ou psiquiátrica (**07** crianças/adolescentes vítimas), alienação parental (**03**), crianças e adolescentes em situação de rua (**02**), orientação de reconhecimento de paternidade (**01**), retorno ao convívio paterno (**02**), transporte de crianças e adolescentes (**01**), orientação para viagem (**02**), assistência à saúde (**03**) medidas de proteção (**03**), entre outras violações, demonstram que essas violações perpassam todos os direitos, entendemos que é preciso planejar ações preventivas e coletivas, que contemplem as famílias de modo geral, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Correlacionando os anos que antecederam a pandemia junto ao ano pandêmico e o ano posterior, nos levam a refletir sobre os possíveis números de casos subnotificados por vários motivos; estudiosos da área apontam para os fatores de confinamento, de o ano pandêmico terem acontecidos muitos crimes de violência sexuais contra crianças e adolescentes que não foram denunciados as autoridades competentes e essas vítimas ficaram sem as devidas assistências necessárias.

Surge como consequência dos dados vistos nos três anos abordados neste levantamento discursões para construção coletiva entre os atores da rede proteção; respeitando as condições, estruturas e peculiaridades locais. A partir de reflexões aumentam sensivelmente o engajamento e implicações de cada um dos envolvidos para uma política pública que todos atuem em reparar os direitos violados dos infantes e dos jovens; evitando que sejam re-vitimizados.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Estruturar e qualificar a atuação em rede, articulando, integrando e padronizando ações e procedimentos entre as instituições, equipamentos, serviços e programas que compõe a rede de proteção e sistemas de segurança e de justiça, com vistas à garantia do atendimento protetivo, humanizado e integral as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Prevenir e evitar a revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante o processo de atendimento;
- ✓ Promover o atendimento protetivo integral a crianças, adolescentes e seus familiares a fim de minimizar as sequelas e superar a situação de violência sofrida;
- ✓ Estabelecer referenciais legais, teóricos e técnicos com vista a padronização e aprimoramento do atendimento profissional realizado pelo conjunto das instituições, serviços, programas e equipamentos públicos;
- ✓ Pactuar fluxos integrados de atendimento, evitando a superposição de ações e a revitimização, respeitando a especificidade de cada instituição, equipamento, serviço ou programa;
- ✓ Definir procedimentos que garantam a celeridade necessária ao atendimento das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

### **4. MARCOS LEGAIS**

O referido protocolo de atendimento integrado à criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, encontra amparo legal em normas internacionais e nacionais voltadas a defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, a seguir relacionadas.

## 4.1 Marcos Internacionais

### **Declaração de Genebra**

A Assembleia da Liga das Nações, em 26 de setembro de 1924, aprovou por unanimidade a “Declaração dos Direitos da Criança da Sociedade das Nações”, posteriormente denominada “Declaração de Genebra”, consistindo na primeira formulação de um direito internacional da infância, que afirmava a “necessidade de proclamar à criança uma proteção especial”.

### **Declaração Universal dos Direitos Humanos**

As Nações Unidas proclamaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948. A infância não foi o objeto principal da normativa, contudo, contempla alguns dispositivos que consagram direitos inerentes à criança, destaca-se: Artigo 25º (...) 2.A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social. Ademais, faz-se necessário pontuar que os princípios e valores consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos foram a base para a elaboração de tratados internacionais referentes ao direito da criança e principalmente para a formulação da Doutrina da Proteção Integral.

### **Declaração dos Direitos da Criança**

Em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 20 de novembro de 1959 surge a Declaração dos Direitos da Criança e consagra dez princípios básicos voltados à salvaguarda do direito da criança.



## **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**

Em 1979, a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu um grupo de trabalho que resultou na Convenção Internacional sobre o Direitos da Criança que foi aprovada por unanimidade na Assembleia-Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.

### **4.2 Marcos Nacionais**

#### **Constituição Federal de 1988**

O artigo 227 estabelece a obrigação para que o interesse de crianças e adolescentes seja colocado como prioridade. O referido artigo preceitua que: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1988);

#### **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) 2007**

Aprofunda questões do PNDH e incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas da sociedade brasileira pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz (BRASIL, 2007);

#### **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nasce da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, já que antes do estatuto existia apenas o 'Código de Menores', que tratava de punir as crianças e adolescentes considerados infratores. O ECA regulamenta o paradigma da proteção integral preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) e no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Para a efetivação dos direitos e deveres, o ECA estabelece um novo ordenamento institucional, no qual são criados órgãos responsáveis pelas políticas voltadas a esses segmentos etários (BRASIL, 1990);

#### **Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017.**

Constitui-se num dos mais recentes mecanismos destinados a coibir a violência contra crianças e adolescentes, em resposta não apenas ao disposto no art. 227, caput e §4º, da Constituição Federal, como também ao contido no art. 226, caput e §8º, da mesma Carta Magna (BRASIL, 2017);

#### **Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2017.**

Regulamenta a Lei nº 13.431, de quatro de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (BRASIL, 2017);

#### **Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**

Aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 2010 significou um marco na formulação de políticas de proteção dos direitos, uma vez que reúne os chamados temas.

18 setoriais em um único instrumento norteador das políticas de proteção, de forma articulada (BRASIL, 2014a).

#### **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**

O primeiro plano foi aprovado em 2000, pelo Conanda. A partir da instituição do primeiro Plano Nacional, com várias atualizações realizadas até 2019, o País vivencia uma série de avanços importantes na área do reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse instrumento tornou-se referência e ofereceu uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual;

### **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.**

É resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, os quais compuseram uma comissão intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conanda e ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O referido plano vem reafirmar que, com exceção de situações de emergência, a decisão de afastar a criança ou o adolescente da sua família de origem deve ser baseada em uma recomendação técnica, a partir de um diagnóstico elaborado por equipe qualificada de psicólogo e assistente social, em articulação com o Conselho Tutelar, a Justiça da Infância e da Juventude e o Ministério Público;

### **Resolução nº 113/2006, de 19 de abril de 2006.**

Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006).

### **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência**

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)  
(BRASIL, 2001a);

## **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**

A Lei nº 12.594, de 2012, instituiu o Sinase, o qual regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratiquem ato infracional. De acordo com a referida legislação, entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução das medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012a);

**Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993** – dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993);

**Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993** - que dispõe sobre a organização da Assistência Social e, institui em lei, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS constitui-se em sistema público, descentralizado e gratuito, responsável pela oferta de uma rede de serviços de proteção socioassistencial, hierarquizados por nível de complexidade (BRASIL, 2011);

**Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança – Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015**

Tem por objetivo promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e cuidados integrais e integrados da gestação aos 9 (nove) anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente

facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento (BRASIL, 2015a).

### **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**

Aprovada pela Portaria nº 737/GM, de 16 de maio de 2001, inclui decisivamente a importância e o papel do setor da saúde no enfrentamento dos acidentes e violências no País, mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações articuladas e sistematizadas, em conformidade com diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas (BRASIL, 2001b);

#### **Portaria MS/GM nº 104/2011**

Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005, a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde (BRASIL, 2011);

#### **Portaria MS/GM nº 485/2014**

Redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2014b);

#### **Portaria MS/SAS nº 618/2014**

Altera a tabela de serviços especializados do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) para o serviço de Atenção Integral à Saúde de

Pessoas em Situação de Violência Sexual e dispõe sobre regras para seu cadastramento (BRASIL, 2014c);

**Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018.**

Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2018);

**Parâmetros de Atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de violência**

Estabelece parâmetros a serem adotados pela rede socioassistencial no atendimento à criança e à/ao adolescente vítima ou testemunha de violência e suas famílias, em cumprimento à Lei nº 13.431/2017 e ao Decreto nº 9.603/2018 (BRASIL, 2019).

**Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência**

O documento define parâmetros para a escuta de crianças e adolescentes que sofreram ou vivenciaram situações de violência, orientando a atuação dos profissionais que compõem os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), nomeadamente da rede de proteção social, dos sistemas de segurança pública e de justiça, de forma a evitar a repetição desnecessária dos fatos vividos – e a consequente revitimização (BRASIL, 2017).

## **BRASIL. Nota Técnica nº 02/2016/SNAS/MDS.**

Nota Técnica sobre a relação entre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 11 de maio de 2016. Acesso em 29 mar. 2022

### **5. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE**

A rede atua em diversas etapas de prevenção: Identificação e reconhecimento dos sinais de risco, notificação, acompanhamento e apoio legal para o público alvo. Também é fundamental para articulação entre pares e tem por pressuposto que cada segmento ou serviço é incapaz de atender sozinho o fenômeno da violência, exigindo assim o reconhecimento do outro como importante aliado em uma relação de cooperação, partilha de objetivos e princípios éticos comuns, a partir das suas especificidades. Tal articulação apoia-se na clareza dos profissionais nela participantes, de que nenhuma de suas instituições pode alcançar seus objetivos sem a contribuição e o alcance de propósitos das outras.

É essencial que a rede tenha legitimidade política e social, isto não significa que deve ser institucionalizada, pois precisa de autonomia política e social. Podemos definir rede de proteção social como uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização baseada na cooperação na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências.

Na norma operacional básica (NOB) 2005, do Sistema Único da Assistência Social, descreve a rede socioassistencial como sendo “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.”

Dessa forma, perceber as vantagens do trabalho em rede é, também, investir em ações benéficas que de toda forma contribuam para o desenvolvimento integral do sujeito, é implantar e/ou implementar práticas promotoras de garantias desses direitos. Vale destacar que um trabalho integrado favorece o entrelaçamento de ações que dialogam para a inserção dos sujeitos em ambientes de educação, saúde e

assistência, o que traz inúmeros benefícios principalmente para aquelas famílias mais vulneráveis.

Mas como pensar num trabalho em rede que venha contribuir para o desvelamento de ações no município de Santana do Ipanema-AL? O que se entende sobre a articulação de setores e seus benefícios? E como constituir ou criar de fato ações que possam ser auspiciosas na garantia de direitos a todos os munícipes? Para responder as estas e outras indagações é relevante compreender alguns conceitos sobre o assunto e para dar exemplo saber o que diz HOFFMANN sobre o desenvolvimento do trabalho em rede.

O trabalho em rede estimula seus integrantes a participar da experiência de seus outros componentes. Esse estímulo de convivência produz dois movimentos: o de auto- conhecimento e o de participação mais ativa e solidária na comunidade. Esses movimentos são complementares e indissociáveis, criando relações que provocam mudanças numa cultura amparada em vínculos de dependência e na tradição hierárquica que tanto marcaram as ações nos serviços públicos brasileiros. Redes abertas permitem que as informações possam ser compartilhadas por todos, sem canais reservados. Permite, portanto, que se favoreça a formação de uma cultura da participação, da cooperação, da corresponsabilidade, mas também da autonomia (HOFFMANN 2000,p. 22).

A partir dos exemplos citados por HOFFMANN, percebe-se que no trabalho em rede, há a criação de uma relação de envolvimento entre os órgãos e instituições que de forma conjunta e participativa traduzem em práticas, mudanças significativas e promissoras que produzem os efeitos de garantias de direitos aos indivíduos. A cultura de informações partilhadas entre as equipe do trabalho em rede, traz entre outros benefícios, o conhecimento aprofundado sobre alguns setores específicos de cada área, bem como o entendimento do processo de como é realizado cada etapa das atividades para a efetivação de ações benéficas a cada cidadão que precisa de atendimento do órgão público. Isso significa também, que cada membro envolvido no trabalho em rede possa se comprometer com as ações integradas, e de igual forma, corresponsável pelas tarefas que serão planejadas por todos os envolvidos.

O trabalho em rede permite não apenas que cada secretaria desenvolva e execute seu plano de trabalho, mas também que envolvam na articulação outras secretarias a fim de qualificar o trabalho de cada uma no quesito do plano máster do



município, (Plano Municipal de cada Secretaria) que servirá para alcançar metas e objetivos no âmbito municipal. Tal organização pressupõe a construção de ações Inter setoriais. Para tanto, cria-se um diálogo entre diferentes campos e áreas, como: saúde, educação e assistência social que de forma estreita e integrada passam a criar mecanismos de fortalecimento de ações que perpassam entre entendimentos plurais e diversos, mas que corroboram com práticas significativas em favor das políticas públicas ofertadas principalmente para as crianças.

Aqui, é importante destacar que as crianças pequenas são consideradas apenas como uma responsabilidade dos pais, mas principalmente de sua genitora. Porém, com a disseminação do trabalho em rede, esse grupo passa a ter um olhar mais específico de toda classe social, principalmente dos órgãos públicos e sociedade civil que passa a compreender essa etapa de vida como prioridade na defesa e criação de políticas públicas que garantam direitos a todas as crianças.

Outro importante benefício que pode ser destacado é a capilaridade. Com ele, a ascensão, propagação e fortalecimento das ações tem uma abrangência que sozinha cada secretaria jamais poderia obter. A mobilização social e o entendimento de toda sociedade e do poder público sobre a criação de mecanismos de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes ganha força e imprime fortes avanços na garantia de direitos e tendo como zelador desse direito o conselho tutelar que reforça essa proteção de acordo com o art.13 da lei 8.069/1990 os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar.

## **6. UNIDADES DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA E SUAS COMPETÊNCIAS.**

### **6.1 Conselho Tutelar**

O Conselho Tutelar tem como atribuição acompanhar a situação do atendimento às crianças e adolescentes na sua área de atuação e identificar possíveis ameaças ou violações de direitos. Em seu **Art. 98**. O ECA dispõe que as medidas de

proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.

Dentre as competências do Conselho Tutelar no atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência destaca-se:

Notificar e informar as autoridades judiciárias, especialmente o Ministério Público, conforme prevê o artigo 136, inciso IV, do ECA, notícias de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
Realizar o acolhimento da queixa e/ou suspeita de violência;
Preencher e encaminhar a Ficha de Notificação Obrigatória de Casos de Violência (ou suspeita) contra Crianças e Adolescentes;
Aplicar as medidas previstas no ECA para garantia de direitos de crianças e adolescentes, sempre que esgotados os recursos e providências junto às famílias ou responsáveis;
Acompanhar crianças e adolescentes nos procedimentos de avaliação, oitiva e exames periciais, quando não há ou não é possível a presença do responsável legal.

## 6.2 Apoio Psicossocial

### 6.2.1 CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento público no qual são oferecidos serviços, programas e benefícios com o objetivo de prevenir situações de risco e de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Constituindo-se como uma referência para a comunidade, um espaço de convivência e a porta de entrada para os serviços da Assistência Social no SUAS. O objetivo principal do CRAS é desenvolver as potencialidades, o protagonismo e autonomia dos indivíduos.

A palavra-chave que define o Centro de Referência é a prevenção, pois é nesse equipamento que a população, pois é nesse equipamento que a população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade, mas ainda com vínculos familiares preservados, é atendida. É um equipamento público no qual são oferecidos serviços, programas e benefícios com o objetivo de prevenir situações de risco e de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

O CRAS atua diretamente com as famílias em vulnerabilidade social, conhecendo bem o território e a realidade diária dos usuários do sistema. Dessa forma constitui uma importante ferramenta da rede na identificação de suspeitas e levantamento dos casos de risco de violência.

Serviços ofertados pelo CRAS:

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos
Identificação dos casos de risco e suspeita de violência;
Realizar o acolhimento da queixa e/ou suspeita de violência;

Preencher e encaminhar a Ficha de Notificação Obrigatória de Casos de Violência (ou suspeita) contra Crianças e Adolescentes;
Acompanhamento das famílias atendidas em situação de vulnerabilidade social;
Encaminhamentos para acesso aos direitos socioassistenciais.

### 6.2.3 CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) atua na proteção social a criança e adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistidas e de prestação de serviços à comunidade. Atuando por meio da operacionalização de políticas públicas. O CREAS trata das consequências e acompanha as famílias e indivíduos que sofrem violação dos direitos ou que estão vivendo em situação de violência. Dentre as competências do CREAS no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência destaca-se:

Avaliar sinais de violência nas famílias, durante a realização de visita domiciliar e apuração de denúncias de maus-tratos;
Dentre as competências do CREAS no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência destaca-se: Realizar o acolhimento da queixa e/ou suspeita de violência;
Encaminhar a família da criança ou do adolescente que sofreram ou estão sob suspeita de violência, para programas internos e da comunidade, de acordo com suas necessidades;
Realizar acompanhamento e atendimento psicossocial das vítimas e seus familiares em situação de risco e de violência
Quando solicitado realizar estudos sociais a fim de subsidiar tecnicamente as avaliações de suspeita de violência e abuso sexual, seja na fase de inquérito ou ação penal, assim como em ações de medidas de proteção e destituição do poder familiar.

### 6.3 Educação

A convivência diária dos profissionais da educação com as crianças possibilita a percepção de alterações comportamentais e/ou físicas que surgem, assim como pode vir a representar uma figura de confiança com quem a criança se sentirá mais à vontade para revelar uma situação que esteja vivenciando.

Como órgão de proteção a todos os direitos, a Secretaria Municipal de Educação fortalece a rede de proteção por uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos e assistentes sociais que trabalham como porta de entrada no atendimento a criança e adolescente vítima de violência e convocando os demais órgãos da rede de proteção, para juntos reunirem estratégias adequadas no fortalecimento dos atendimentos.

Portanto, o trabalho coletivo tem importante caráter potencializador na criação de políticas públicas e controle social para o enfrentamento de indiferenças políticas e sociais, exclusões, violências plurais cometidas contra esses seres pequenos, que, por vez são vulneráveis pela tenra idade. Daí a criação desse núcleo de intersectorialidade (trabalho em rede), que reúne experiências e conhecimentos para dialogar e propor planos, projetos e ações que sejam benéficas às crianças e adolescentes.

A equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e conta com 2 (dois) psicólogos e 02 (duas) assistentes sociais que atendem as 20 (vinte) Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) e 3 (três) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Destas unidades, 10 (dez) compreende a zona urbana e 13 (treze) a zona rural. As unidades escolares são:

<b>Cmei Roberval Menezes Dias</b>
<b>Cmei Tânia Maria Vieira</b>
<b>Cmei Santa Quitéria</b>
<b>Emeb Santa Sofia</b>
<b>Emeb São Cristóvão</b>
<b>Emeb José Francisco De Andrade</b>

<b>Emeb João Francisco Cavalcante</b>
<b>Emeb Maria Do Carmo De Oliveira Araújo</b>
<b>Emeb Ismael Fernandes De Oliveira</b>
<b>Emeb Senador Arnon De Melo</b>
<b>Emeb Iracema Salgueiro Silva</b>
<b>Emeb Francisca Angélica De Assis</b>
<b>Emeb Sônia Pereira Da Silva</b>
<b>Emeb Maria Nepomuceno</b>
<b>Emeb Maria José De Carvalho</b>
<b>Emeb Cleodon Teodósio</b>
<b>Emeb Benedito Melo</b>
<b>Emeb Antônio Ferreira</b>
<b>Emeb Durvalina Cardoso Pontes</b>
<b>Emeb Antônio Rodrigues Damasceno</b>
<b>Emeb Senhora Santana</b>
<b>Emeb Ulisses Silva</b>
<b>Emeb São Raimundo</b>

Os casos recebidos são de crianças e adolescentes vítimas de violência que são comunicados ao setor por meio de memorando vindos das unidades escolares, onde informam que determinado estudante necessita de um acolhimento psicológico ou visita técnica de profissionais (assistente social, diretores, coordenadores pedagógicos).

A partir disso, faz-se uma avaliação com os profissionais envolvidos na equipe, confirmando a situação de violência e dependendo do tipo de forma Intersetorial, são encaminhados para os seguintes setores existentes no município: Centro de Assistência Psicossocial (CAPS), Centro de Diagnóstico e Conselho Tutelar.

#### 6.4 Saúde

Segmento na rede de cuidado para atenção à saúde da criança e adolescentes e suas famílias em situação de violência.

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem ser tratados com prioridade absoluta nas políticas públicas de saúde. A rede de serviços do SUS constitui-se num espaço para identificação, acolhimento, atendimento, notificação, cuidados e proteção de crianças e adolescentes em situação de violência, bem como para orientação às famílias, independente de raça, etnia, sexo, diversidade cultural e religiosa, sabendo que a violência pode gerar problemas sociais, emocionais psicológicos e cognitivos capazes de impactar fortemente a saúde das pessoas ao longo da sua existência.

#### **Rede de Atenção Primária a Saúde**

A Atenção Primária à Saúde é o primeiro nível de atenção do sistema de saúde, onde constitui-se na porta de entrada preferencial do SUS, onde se incluem os cuidados essenciais de promoção, proteção, reabilitação e manutenção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde mais comuns e relevantes da população. Santana do Ipanema possui 14 (quatorze) UBS e

01 (uma) APS, destas Unidades, 07 (Sete) são inseridas na zona rural e 08 (oito) na zona urbana:

<b>ZONA URBANA</b>	<b>ZONA RURAL</b>
<b>UBS SÃO JOSÉ</b>	<b>UBS AREIA I</b>
<b>UBS BARAÚNA</b>	<b>UBS AREIA II</b>
<b>UBS FLORESTA</b>	<b>UBS SÃO FÉLIX</b>
<b>UBS SÃO PEDRO</b>	<b>UBS JAQUEIRA</b>
<b>UBS LAGEDO GRANDE</b>	<b>UBS CAMOXINGA</b>
<b>UBS LAGOA DO JUNCO</b>	<b>UBS BARRIGUDA</b>
<b>UBS SANTA'ANA</b>	<b>APS RIACHÃO</b>
<b>UBS SÃO JOAQUIM</b>	

#### **Rede de Atenção Especializada, Urgência e Emergência.**

Em situações que esse serviço seja como porta de entrada ou primeiro contato, é de responsabilidade da instituição prestar a atenção integral conforme protocolos e fluxos estabelecidos na linha de cuidado.

Santana do Ipanema possui um Hospital Regional e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) com acolhimento e classificação de risco onde a estratégia de atendimento está também diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência (SAMU), que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado.

Esses serviços integram a rede de atenção especializada para os casos de violência de maior gravidade, a exemplo de tentativas de suicídio, agressão física e violência sexual.

As políticas públicas de saúde mental tem se encaminhado nos últimos anos, hoje, Santana do Ipanema conta com o suporte no âmbito da saúde mental onde é constituída por dispositivos assistenciais que possibilitam a atenção psicossocial, onde se destacam:



**Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Irmã Leonita):**

São serviços extra-hospitalares de atenção diária, de base comunitária e que possuem equipe multiprofissional, onde tem o papel estratégico no que se refere a regulação da porta de entrada da rede assistencial de saúde mental.

**Centro de Atenção Psicossocial para usuários de Álcool e outras drogas****(CAPS AD III Dr<sup>a</sup> Consuelo Figueiredo de Mariz):**

Unidade que oferece atendimento diário e acolhimento noturno a pacientes que fazem uso de álcool e outras drogas, permitindo planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua.

**Centro de Diagnóstico:**

É um serviço de especialidades de média complexidade de atendimento ambulatorial para crianças e adultos com diversas especialidades, incluindo 01 psiquiatra e 03 Psicólogos.

**Equipe Multiprofissional:**

Realiza um trabalho integrado entre as UBS e APS potencializando o cuidado e facilitando uma abordagem integral, aumentando a qualidade de vida da comunidade através de matriciamento. O serviço conta com profissionais como: Psicólogo, Nutricionista, Assistente Social Fisioterapeuta, Pedagogo e Educador Físico.

**Outros serviços em processo de implantação:**

Santana do Ipanema está passando por um processo de implantação de um Serviço de Atenção Psicossocial a crianças e adolescentes a ser inaugurado ainda em 2022.

## NOTIFICAÇÃO

A notificação é um instrumento importante de proteção e não de denúncia e punição. Em 2021 os serviços de saúde notificaram através do SINAN, sistema de informação de vigilância a saúde os seguintes agravos de violência à criança e adolescentes:

<b>Tipo de violência</b>	<b>0 à 19 anos</b>
<b>Sexual</b>	<b>05</b>
<b>Física</b>	<b>05</b>
<b>Psicológica/Moral</b>	<b>01</b>
<b>Outras violências</b>	<b>05</b>
<b>Estupro</b>	<b>09</b>
<b>Espancamento</b>	<b>04</b>
<b>Envenenamento</b>	<b>05</b>
<b>Enforcamento</b>	<b>01</b>

Fluxo do registro da notificação e medidas de proteção:

- ✓ Preenche a ficha de notificação individual/investigação doméstica, sexual e outras violências com o maior número de informações possíveis para garantia dos direitos, proteção e defesa das crianças, adolescentes e suas famílias.
- ✓ A ficha é preenchida em três vias:
- ✓ A ficha original é encaminhada ao serviço de vigilância epidemiológica do município SMS.
- ✓ A segunda fica na unidade de saúde que notificou o caso de violência.
- ✓ A terceira deve ser encaminhada ao Conselho tutelar e/ou autoridades competentes.

## **6.5 Segurança Pública e Justiça**

### **6.5.1 Ministério Público**

#### **ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

No que diz respeito às atribuições de proteção da infância e juventude, a atuação do Ministério Público, via de regra, é provocada por notícias encaminhadas por órgãos e instituições públicas e privadas, assim como pela sociedade civil.

Todas as notícias são registradas em procedimento administrativo, que após análise do membro titular, poderá servir de base para a propositura de ações judicial ou encaminhada para colheita de informações em procedimento apuratório. Em vista dos recursos técnicos e atribuição constitucional de polícia judiciária, as apurações complementares são dirigidas à Polícia Civil, que realiza investigação e elabora relatório ao final dos trabalhos.

Diante disso, existindo elementos de prova suficientes para indicar a existência de crime (praticado por maiores de idade), ato infracional (praticado por menores) ou qualquer outra situação de risco enfrentada por crianças e adolescentes, o Ministério Público promove a ação judicial cabível para cada caso.

A 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema possui atribuição para o manejo de representações contra atos infracionais praticados pelo público protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a para a propositura de ações cautelares para salvaguardar crianças e adolescentes de situações de risco. A 4ª Promotoria de Justiça, por sua vez, é competente para o oferecimento de ação penal pública contra maiores de idade autores de violência, maus-tratos e outras infrações penais praticadas contra menores.

Por fim, importa destacar que depois de prolatada a conclusão judicial sobre a circunstância apresentada, o menor ou jovem em situação de risco permanece sendo acompanhado por equipes do CREAS, Conselho Tutelar e da rede de assistência

social até que se afira a recomposição do dano percebido e a aptidão para a vida independente.

#### 6.5.2 Poder Judiciário

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, diz que *“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

A Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), no mesmo sentido, preconiza que *“a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”* (Art. 3º, ECA).

Como se observa, a Constituição Federal e o ECA, rompendo com uma estrutura normativa arcaica (Código de Menores), assegurou uma gama de direitos e garantias às crianças e adolescentes, tratando-os efetivamente como sujeitos de direitos. Além disso, reconheceu a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em promover e proteger esses direitos, e fixou os princípios da absoluta prioridade e da proteção integral como diretrizes importantes para a aplicação das normas infanto-juvenis.

Com o fim de garantir a aplicação de instrumentos normativos e o funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle de efetividade dos direitos humanos da criança e do adolescente, foi criado um Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, representado pela articulação e integração de entidades públicas e da sociedade civil.

A propósito, o Poder Judiciário encontra-se nesse sistema, especificamente no eixo de defesa, com a função de garantir e efetivar todos os direitos, inclusive responsabilizando aqueles que deixarem de cumprir as suas atribuições. Importa dizer

também que o Judiciário compõe o chamado Sistema de Justiça ao lado do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Polícia Judiciária.

São inúmeras as competências da Justiça da Infância e da Juventude prevista no ECA, a saber: I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis; II - conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo; III - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes; IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209; V - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis; VI - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente; VII - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis (Art. 148, ECA).

Além disso, quando se trata de criança ou adolescente em situação de risco ou vulnerabilidade, compete à Justiça da Infância e da Juventude: a) conhecer de pedidos de guarda e tutela; b) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda; c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento; d) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar; e) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais; f) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente; g) conhecer de ações de alimentos; h) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito (Art. 148, parágrafo único, ECA).

No âmbito do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, instituído pela Lei nº 13.431/2017, a Justiça InfantoJuvenil deve agir de forma integrada com outras entidades, de modo a assegurar ao público a que se dirige a proteção integral, oportunidades, preservação da saúde física e mental e o desenvolvimento moral, intelectual e social, e resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão. Tem ainda o papel de assegurar os direitos e garantias previstos no art. 5º da lei em comento, recepcionar as revelações espontâneas de violência, promover o

depoimento especial, processar as demandas eventualmente ajuizadas, sempre visando o acolhimento e o atendimento integral às vítimas de violência.

A 1ª Vara da Comarca de Santana do Ipanema/AL detém a competência para processar e julgar os feitos inerentes a direitos de crianças e adolescentes. Registro, por oportuno, que a unidade judiciária pode atuar nos feitos cíveis e infracionais em que figurem criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência. Não processa feitos criminais, pois estes são de competência da 3ª Vara. É certo que as demandas, muitas vezes, apresentam-se complexas, mas o Poder Judiciário tem ciência de sua missão e tem empreendido esforços para cumpri-la fielmente. O apoio indispensável de diversas entidades públicas e privadas e de toda a sociedade tem permitido a efetivação dos direitos e garantias insculpidos na Carta Magna, no Estatuto da Criança e dos Adolescentes e, sobretudo, na Lei nº 13.431/2017.

Por fim, inegável dizer que o Protocolo de Atendimento Interinstitucional a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Santana do Ipanema se apresenta como um documento importante nesse caminhar, vez que servirá de guia para a atuação das entidades que compõem a rede de proteção, bem assim proporcionará uma maior integração e articulação.

**Juízo de Direito – 1ª Vara da Comarca de Santana do Ipanema  
(Infância e Execução)**

**Av. Pres. Dutra, BR 316, Monumento – CEP 57500-000, Fone:  
3621-1955, Santana do Ipanema –AL – E-mail: vara1santana@tjal.jus.br**

### **6.5.3 Segurança Pública**

#### **POLÍCIA MILITAR**

A Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo em situações de emergência, conflito e violência, realizará atendimento às pessoas em situação de violência contra crianças e adolescentes, observando, no que competir, o Código de

Processo Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, desta forma, à guarnição policial que comparecer ao local do fato deverá:

- ✓ Identificar os ofendidos, o autor e as testemunhas;
- ✓ Tomar ciência de como se deram os fatos e confirmar a prática do delito;
- ✓ Realizar a prisão e condução do autor do fato à Delegacia de Polícia Civil;
- ✓ Aplicar as medidas cabíveis quanto à proteção dos ofendidos;
- ✓ Comunicar a Polícia Civil quando o autor não for identificado ou estiver foragido;
- ✓ Lavrar Comunicação de Ocorrência Policial (COP).

## **POLÍCIA CIVIL**

A polícia civil irá ouvir vítimas, testemunhas. Se couber, pedir a prisão do autor.

Encaminhar o menor para realização de exame de corpo de delito. Finalizar o inquérito policial e encaminhar a Justiça.

## 7. Notificação compulsória das situações de violência

### 7.1 Modelo de ficha de notificação compulsória das situações de violência

República Federativa do Brasil Ministério da Saúde		SINAN SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL		Nº	
<p><b>Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar (física, psicológica/moral, financeira/econômica, negligência/abandono), sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, pessoa com transtorno, indígenas e população LGBT.</b></p>					
Dados Gerais	1	Tipo de Notificação		2 - Individual	
	2	Agravado/doença		VIOLENCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA	
	3	Código (CID10)		Y09	
	4	UF	5	Município de notificação	
Dados da Unidade	6	Unidade Notificadora		1 - Unidade de Saúde 2 - Unidade de Assistência Social 3 - Estabelecimento de Ensino 4 - Conselho Tutelar 5 - Unidade de Saúde Indígena 6 - Centro Especializado de Atendimento à Mulher 7 - Outros	
	7	Nome da Unidade Notificadora		Código Unidade	
	8	Unidade de Saúde		Código (CNES)	
	9	Data da ocorrência da violência			
Notificação Individual	10	Nome do paciente			
	11	Data de nascimento			
	12	(ou) Idade	13	Sexo	
	14	Gestante		15	Raça/Cor
Dados de Residência	16	Escolaridade			
	17	Número do Cartão SUS		18	Nome da mãe
	19	UF	20	Município de Residência	
	21	Código (IBGE)		22	Bairro
Dados da Ocorrência	23	Logradouro (rua, avenida,...)			
	24	Número	25	Complemento (apto., casa, ...)	
	26	Geo campo 1			
	27	Geo campo 2			
Dados Complementares					
Dados da Pessoa Atendida	28	Ponto de Referência		29	CEP
	30	(DDD) Telefone		31	Zona
	32	País (se residente fora do Brasil)			
	33	Nome Social		34	Ocupação
Dados da Pessoa Atendida	35	Situação conjugal / Estado civil			
	36	Orientação Sexual		37	Identidade de gênero:
	38	Possui algum tipo de deficiência / transtorno?		39	Se sim, qual tipo de deficiência / transtorno?
	40	UF	41	Município de ocorrência	
Dados da Ocorrência	42	Código (IBGE)		43	Bairro
	44	Logradouro (rua, avenida,...)			
	45	Número	46	Complemento (apto., casa, ...)	
	47	Geo campo 3		48	Geo campo 4
49	Ponto de Referência		50	Zona	
51	Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)				
52	Local de ocorrência		53	Ocorreu outras vezes?	
54	A lesão foi autoprovocada?				

SVS 03.06.2015



7.2 Modelo de ofício utilizado através da secretaria de educação, em caso de situação de violência.



PREFEITURA DE  
**SANTANA  
DO IPANEMA**  
Governador de Condição

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO,  
ESPORTE, LAZER, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
CNPJ: 06.072.934/0001-15  
Av. Dr. Otávio Cabral, 668 – B. Monumento. 57500-000 – Santana do Ipanema – AL  
E-mail: educacaosantanadoipanema@gmail.com – Telefone: (82) 3621-1615

OF.Nº \_\_\_\_\_/2022/1 SMECTELCTI

Santana do Ipanema, AL, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Ao Senhor \_\_\_\_\_  
(Cargo) \_\_\_\_\_

Assunto: \_\_\_\_\_

Senhor \_\_\_\_\_,

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer,  
Ciência, Tecnologia e Inovação de Santana do Ipanema, representada pelo Sr Edmilson  
Genuíno Santos Júnior, informa

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

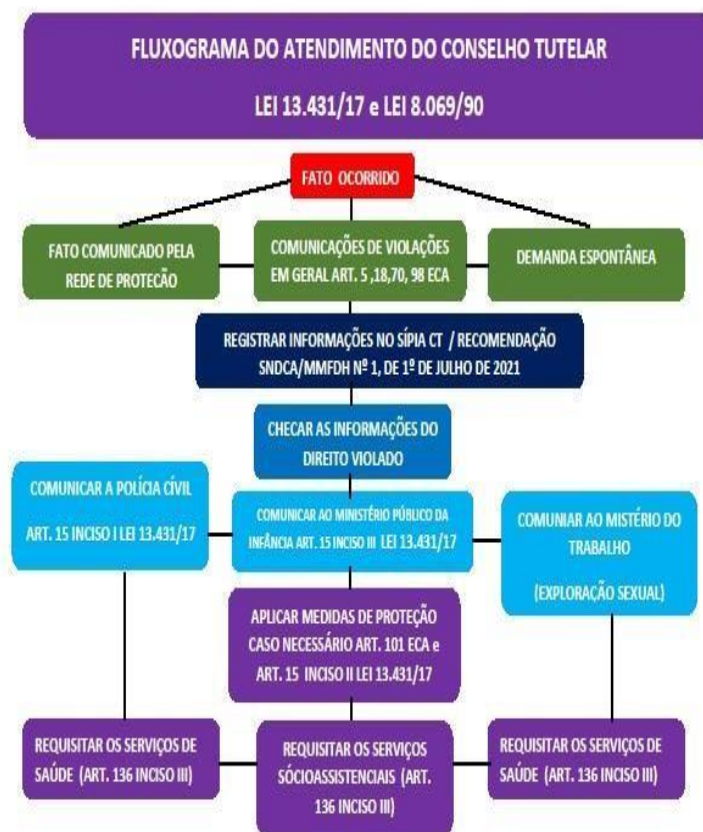
Atenciosamente,

NOME DO SECRETÁRIO (A)

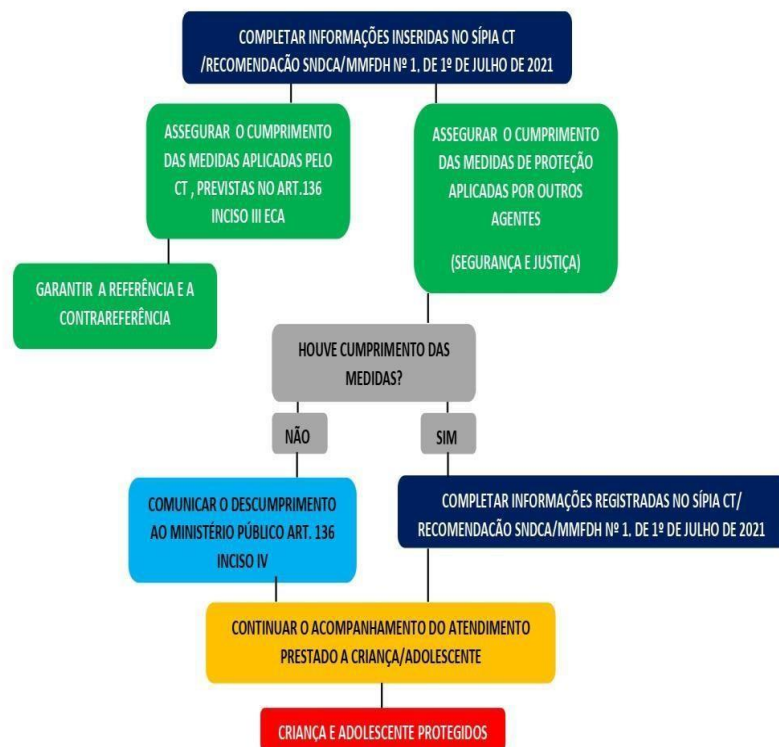
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e  
Inovação de Santana do Ipanema

## 8. Fluxos de atendimento a criança e ao adolescente vítima de violência

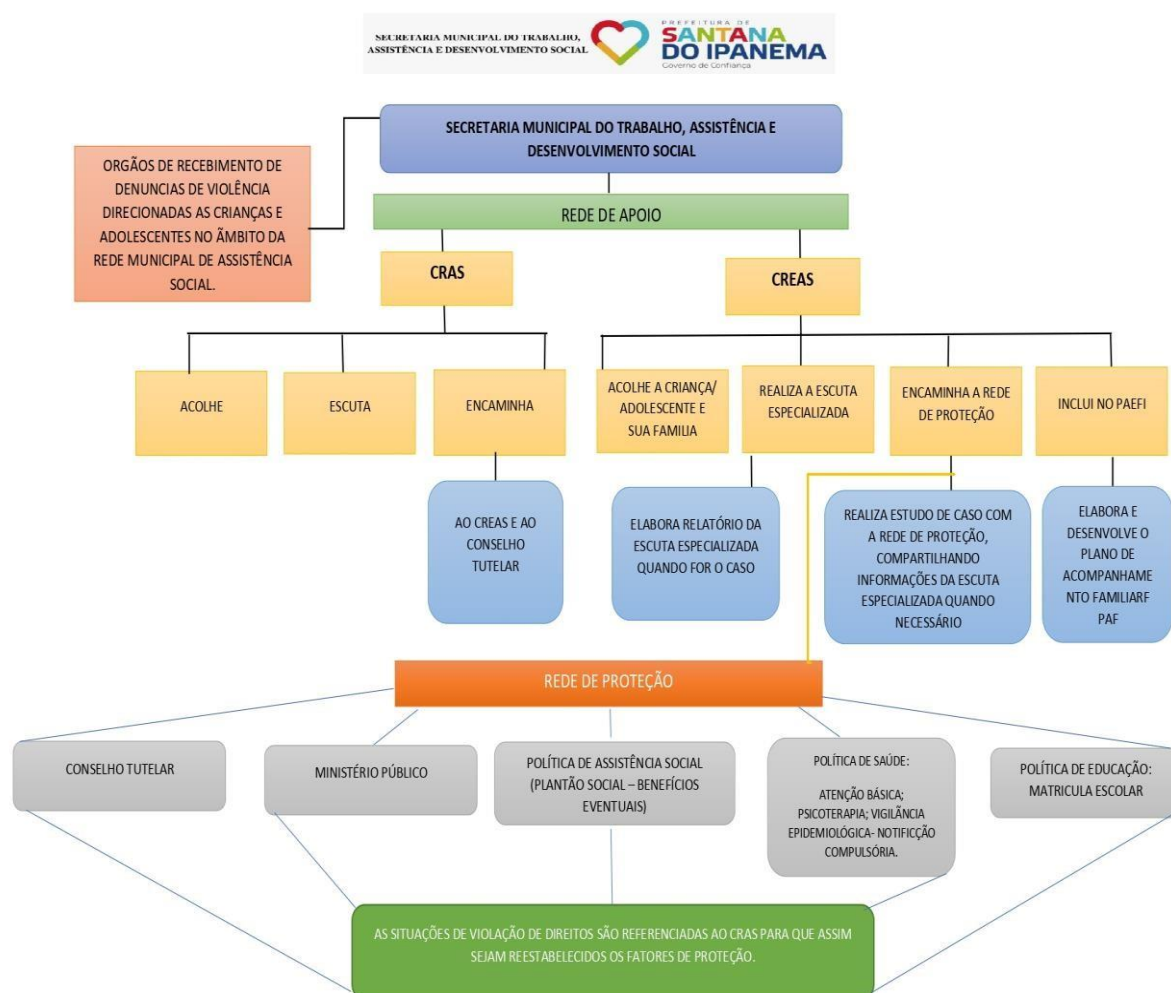
### 8.1 Fluxograma conselho tutelar



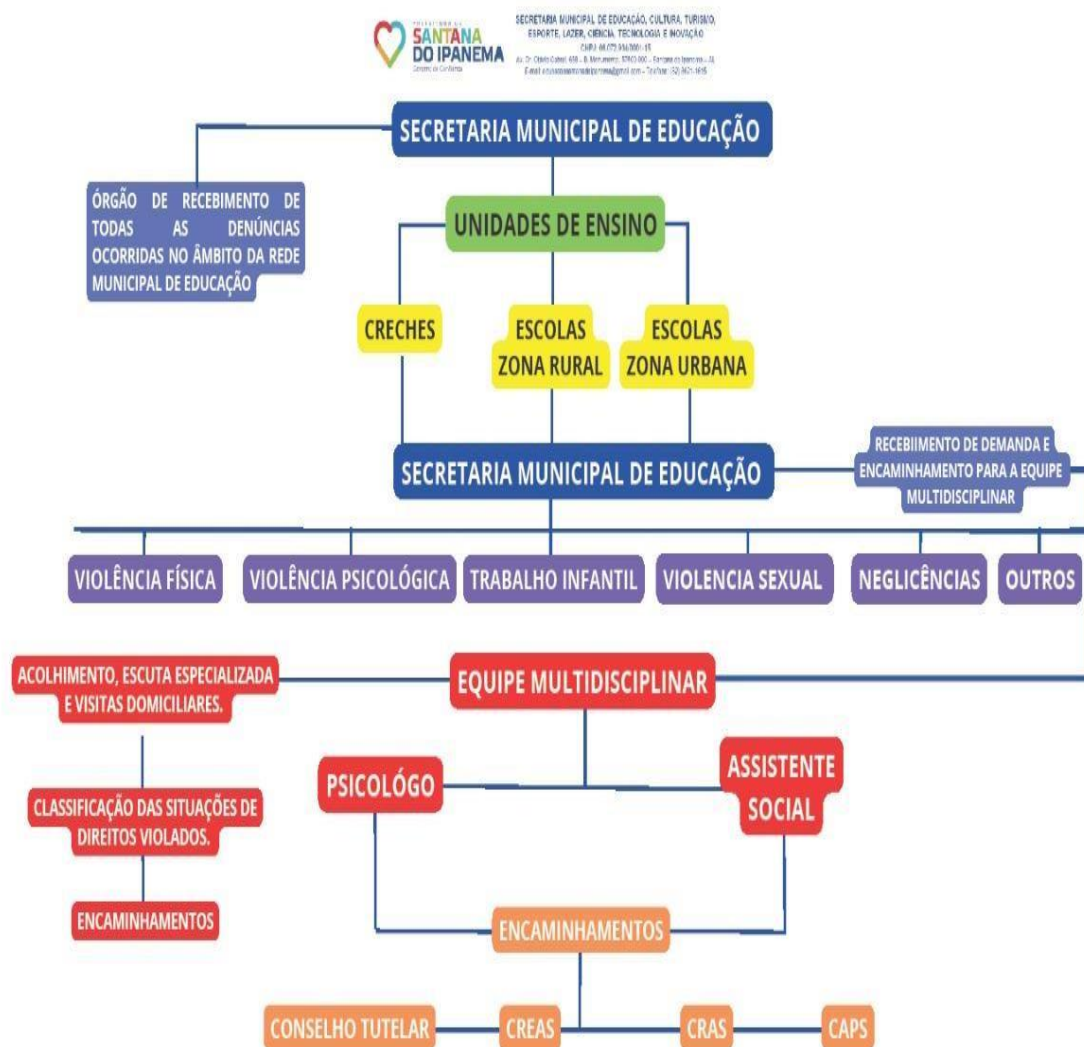
Continuação - Fluxograma Conselho Tutelar



## 8.2 Fluxograma Assistência Social

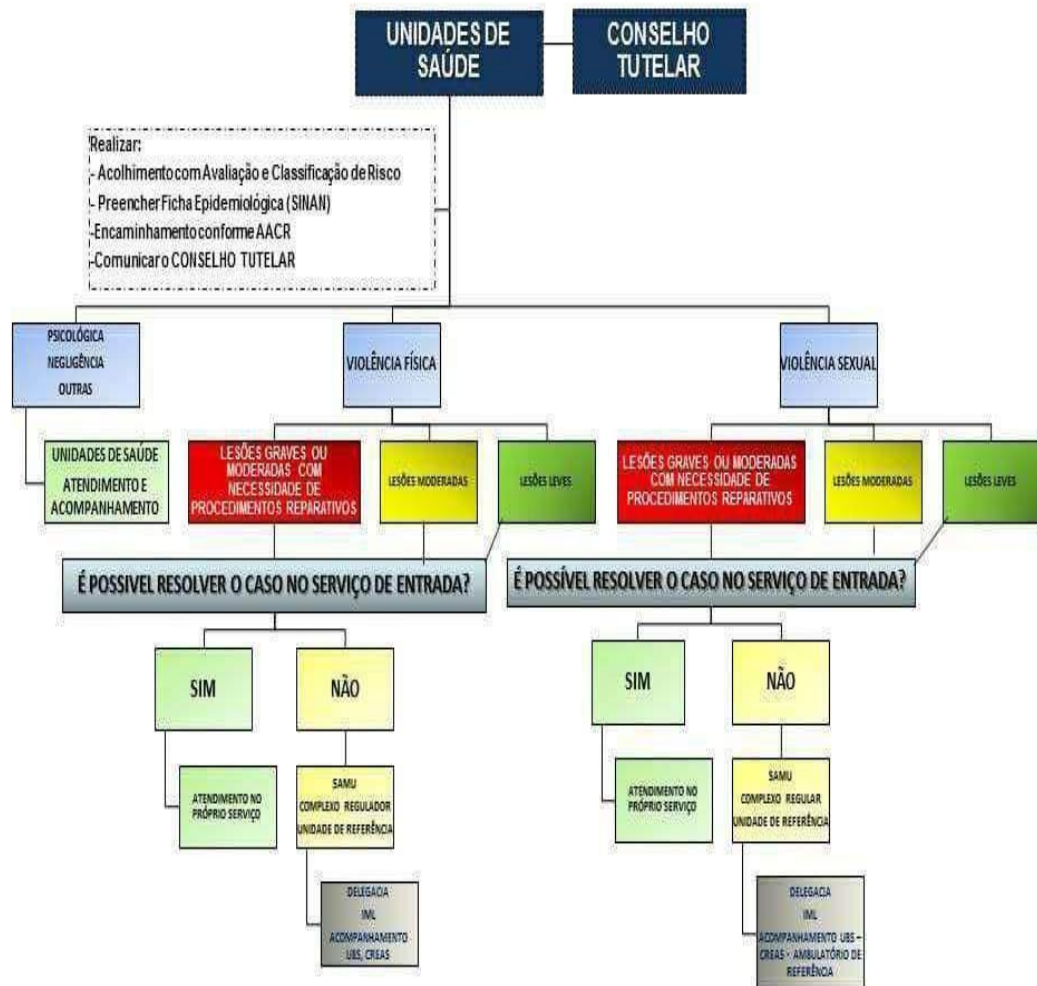


### 8.3 Fluxograma – Educação

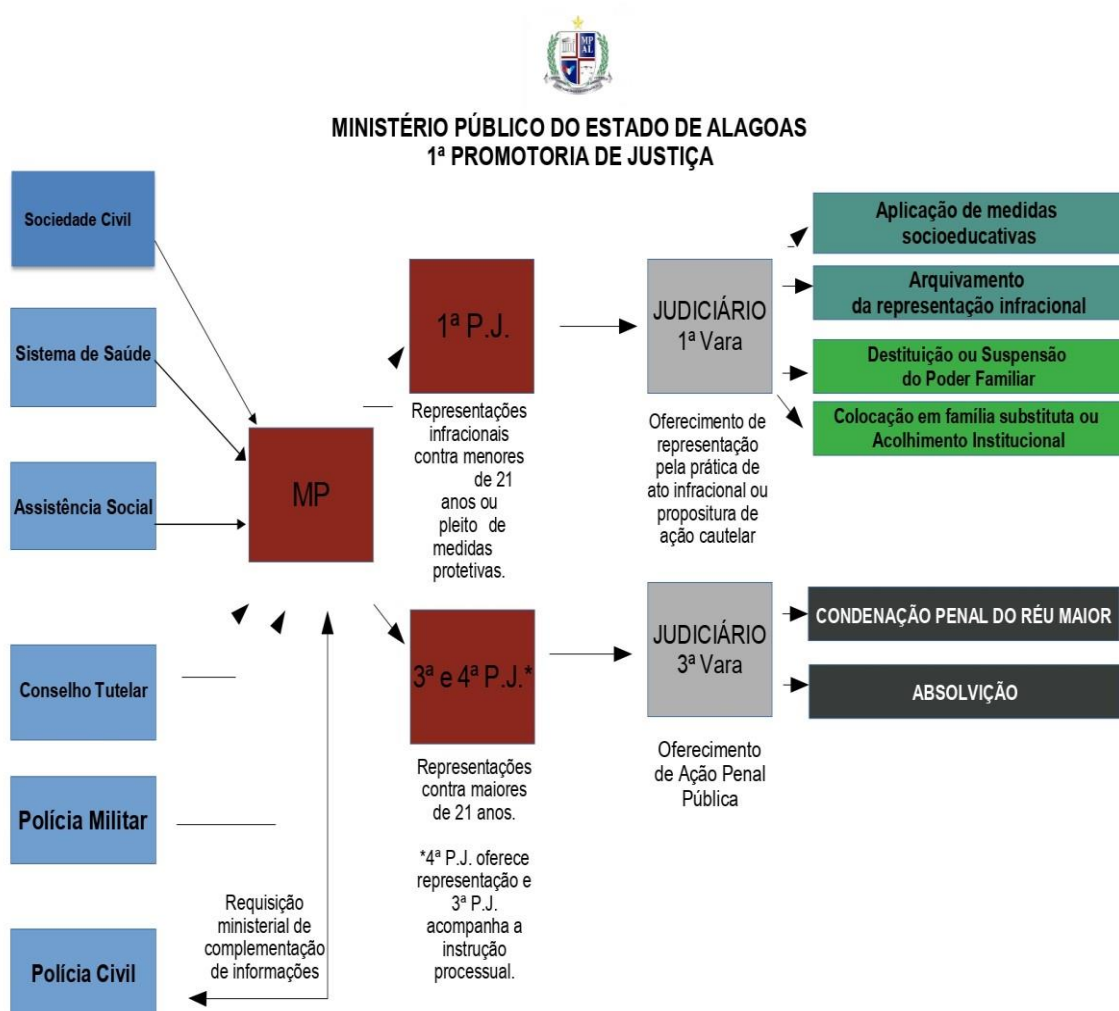


## 8.4 Fluxograma Saúde

### FLUXOGRAMA – Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Interpessoal/Autoprovocada



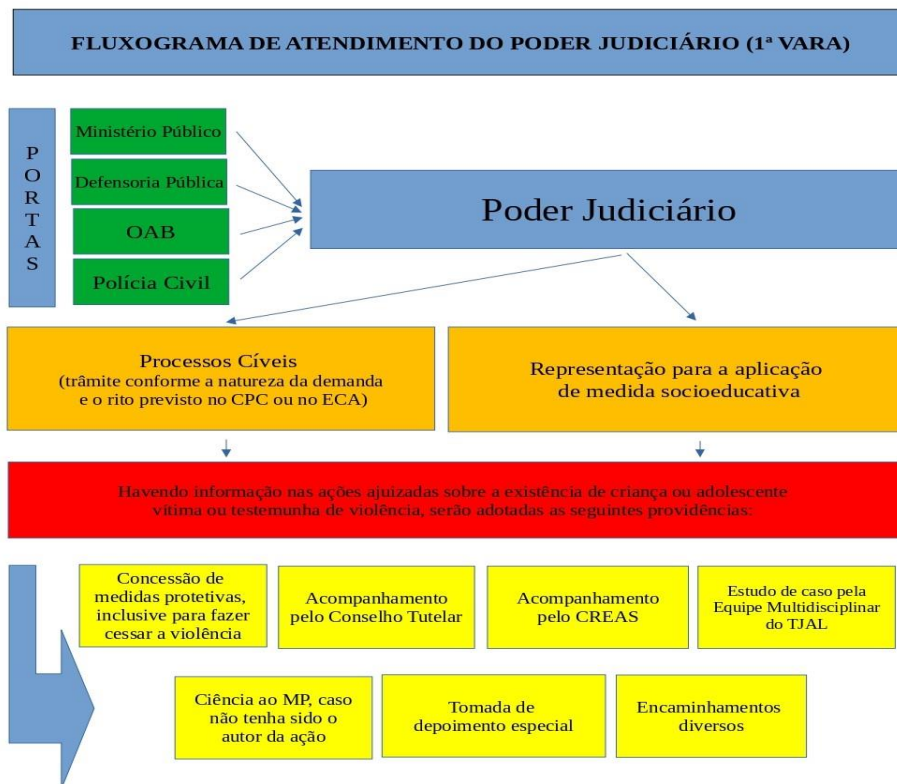
## 8.5 Fluxograma Ministério Público



## 8.6 Fluxograma Poder Judiciário



**Juízo de Direito – 1ª Vara da Comarca de Santana do Ipanema (Infância e Execução)**  
Av. Pres. Dutra, BR 316, Monumento – CEP 57500-000, Fone: 3621-1955, Santana do Ipanema – AL – E-mail: [vara1santana@tjal.jus.br](mailto:vara1santana@tjal.jus.br)



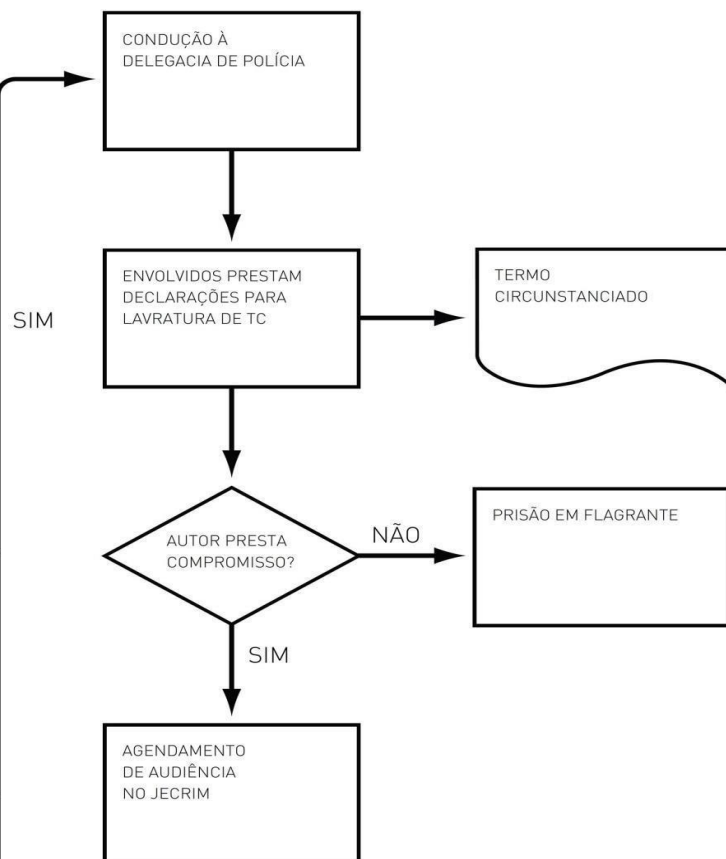


## 8.7 Fluxograma Polícia Militar

### Atuação da Polícia Militar



### Atuação da Polícia Civil



## APÊNDICE

### Relatório do estudo psicossocial



#### 1. Identificação da criança ou do (a) adolescente

Nome da criança/do (a) adolescente:

Nome social:

Nome dos responsáveis:

Filiação:

Data de nascimento:

Naturalidade:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Bairro:

Telefone:

Cel.:

*E-mail:*

Registro civil:

CPF:

RG:

#### 2. Identificação da/o(s) responsável(eis)

##### RESPONSÁVEL 1

Nome:

Nome social:

CPF:

Parentesco:

*E-mail:*

##### RESPONSÁVEL 2

Nome:

Nome social:

CPF:

Parentesco:

E-mail:

Conselho Tutelar responsável:

Número do Boletim de Ocorrência Policial:

### 3. Sobre o registro da suspeita de violência

Nº do Boletim de Ocorrência Policial:

Nº do memorando de encaminhamento ao IML:

Unidade do Ministério Público responsável:

Unidade do Tribunal de Justiça responsável:

Nº do processo judicial:

### 4. Sobre a demanda para atendimento no órgão especializado

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### 5. Composição familiar (com quem reside?)

NOME COMPLETO	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
---------------	------------	-------	--------------	----------

--	--	--	--	--

### 6. Informações complementares da família (família extensa)

NOME COMPLETO	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
---------------	------------	-------	--------------	----------

--	--	--	--	--

--	--	--	--	--

--	--	--	--	--



## 8. Acesso às políticas públicas

### HABITAÇÃO

Espécie:

Tipo:

Número de cômodos:

Número de quartos:

Existe divisão entre os cômodos?

Onde a criança/adolescente dorme?

Com quem a criança/adolescente dorme?

Residência encontra-se em área de risco?

### ESCOLARIZAÇÃO

A criança/adolescente está matriculada?

Série:

Escola:

Turno:

Apresenta dificuldade de aprendizagem?

Apresenta dificuldade de interação com os pares e professores?

Observações:

### ACESSO A ATIVIDADES LABORAIS E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Adolescente fez ou faz estágio?

Apresenta interesse?

Criança/adolescente fez ou faz cursos?

Apresenta interesse?

Criança/adolescente se encontra ou já se encontrou no mercado de trabalho?

Observações:

## ESPORTE, CULTURA E LAZER

A criança/adolescente participa ou tem interesse em participar de políticas ou programas de esporte, cultura e lazer?

Observações:

## JUSTIÇA

É ou foi acompanhado por algum serviço da justiça?

Observações:

## SAÚDE

Criança/adolescente possui algum transtorno mental ou comportamental diagnosticado?

Criança/adolescente já esteve em acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?

Criança/adolescente possui algum problema grave de saúde ou possui necessidades específicas?

Criança/adolescente faz uso de drogas?

Algum familiar possui algum transtorno mental ou comportamental diagnosticado?

Algum familiar já esteve em acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?

Algum familiar possui algum problema grave de saúde ou de incapacitação física?

Algum familiar faz uso de drogas?

Alguém da família é acompanhado por serviço de saúde?

Foi necessário administrar protocolo de profilaxia?

Observações:

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

A família participa de algum programa de transferência de renda?

A família recebeu auxílio emergencial nos últimos 6 meses?

Algum membro da família encontra-se inserido em algum programa social?

Participam de algum programa social? Qual?

## 9. Sobre a suspeita ou ocorrência de violência comunicada:

### DADOS DA REVELAÇÃO

A criança/adolescente já havia revelado a suspeita ou ocorrência de violência antes da sua chegada neste órgão?

Para quem revelou?

Quando revelou?

Local da revelação:

Tempo entre a violência, a revelação e a chegada ao órgão especializado:

### DADOS DO FATO OCORRIDO

A família relatou episódio de violência? (Se sim, descreva e especifique as datas das últimas ocorrências):

A instituição relatou episódio de violência? Descreva:

A criança/o(a) adolescente mencionou espontânea e voluntariamente sobre o episódio de violência denunciado?

---







## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 04 de junho de 2016.

[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-doestatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-oeca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-doestatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-oeca/ECA2021_Digital.pdf)

<https://ftp.medicina.ufmg.br/paraelas/Downloads/violenciafazmalasaude.pdf#p9>

**KRUG , E.G.** et. al. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Senado Federal, 2017a.

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, v. 109, p. 179-199, 2012.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência**. Brasília: Conanda, 2001a.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019- 2022). Brasília: Conanda, 2019b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013**. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos(as) profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Senado Federal, 2001c.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília: Senado Federal, 2011a.

BRASIL. **Lei nº 12.696, de 25 julho de 2012**. Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares. Diário Oficial da União. Brasília, 25 jul. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integralde pessoas em situação de violência sexual. Brasília: Senado Federal, 2013.

HOFFMANN, C. De F. M.; BOURGUIGNON, J.; TOLEDO, S. E HOFFMANN, T. **Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente**. Núcleo de Estudos sobre a questão da criança e do adolescente. Ponta Grossa/ Pr: UEPG, 2000.

**NOVA LEI PUNE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA VÍTIMA DE CRIME.**

Senado, 2022. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/04/nova-lei-pune-violenciainstitucional-contravitima-de-crime>>.

